

SELEÇÃO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE PENTECOSTE QUADRIÊNIO 2024-2028

SELEÇÃO PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO
MUNICÍPIO DE PENTECOSTE - QUADRIÊNIO 2024-2028

<p>NOME DO CANDIDATO:</p> <hr/> <hr/>	<p>PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA</p> <p>DATA: 18 de julho de 2023 DURAÇÃO: 04 horas INÍCIO: 08h30min TÉRMINO: 12h30min</p>
<p>INSCRIÇÃO:</p> <hr/> <p>CPF:</p> <hr/>	<hr/> <p>ASSINATURA DO CANDIDATO</p>

LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES:

1. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Qualquer reclamação somente será aceita até os 10 minutos iniciais.
2. A prova consistirá de 20 questões com quatro alternativas (A, B, C e D), das quais apenas uma é verdadeira. Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa, marcando sua resposta no cartão-resposta, cobrindo todo o espaço correspondente à letra a ser assinalada. Utilize somente caneta de tinta azul ou preta.
3. O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
4. Verifique se o seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão-resposta. Se houver erro, comunique-o ao fiscal. Não se esqueça de assiná-lo.
5. Durante a prova, é vedado o intercâmbio e o empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos. A fraude ou tentativa, a indisciplina, o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que desclassificarão o candidato.
6. Não poderão ser utilizados, durante a prova, recursos, tais como: régua de cálculo, dicionário, máquina de calcular, aparelho celular e outros similares, bem como qualquer outro material de consulta.
7. Ao terminar, entregue ao fiscal a prova e o cartão-resposta assinado, que é o único documento válido para correção.
8. Esta prova terá duração de 04 horas, com início às 08h30min e término às 12h30min.

QUESTÃO 01

De acordo com o Art. 4º da Lei Federal nº 8.069/1990, “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”, este artigo descreve a seguinte Doutrina:

- A** Prioridade absoluta.
- B** Proteção integral.
- C** Situação irregular.
- D** Administração da justiça juvenil.

QUESTÃO 02

Na interpretação da Lei Nº 8.069/1990, Art. 6º “levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento”. Acerca da concepção de criança e adolescente de que trata esse artigo, é correto afirmar:

- A** Considera-se criança, a pessoa até seis anos de idade, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- B** Considera-se criança, a pessoa entre 02 e doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- C** Considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quinze e dezoito anos de idade.
- D** Considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

QUESTÃO 03

A Lei Federal Nº 13.010/14 acresceu o Art. 18-B na Lei Federal Nº 8.069/90. De acordo com o referido artigo, caso membro da família, responsáveis e agentes públicos ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, venham a utilizar de castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de educação ou qualquer

outro pretexto estarão sujeitos a sanções, bem como aplicação de medidas.

Acerca das medidas a serem aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais, assinale a alternativa **correta**:

- A** Encaminhamento apenas a programa oficial de proteção à família;
- B** Encaminhamento a cursos profissionalizantes;
- C** Encaminhamento do agressor a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- D** Garantia de tratamento de saúde especializado à vítima.

QUESTÃO 04

De acordo com a Lei Nº 8.069/1990, Art. 19: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”.

Dentre as alternativas abaixo, indique a que está correta, no que diz respeito à garantida a convivência familiar e comunitária:

- A** A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada ao Conselho Tutelar para aplicação das medidas do Art. 101;
- B** Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- C** O pátrio poder será exercido, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a prioridade da mãe;
- D** A falta ou a carência de recursos materiais será compreendido enquanto negligência e, portanto, motivação para a perda ou a suspensão do poder familiar.

QUESTÃO 05

De acordo com a Lei Federal Nº 8.069/90, no que diz respeito ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, é correto afirmar que:

- A** Não é permitido ao adolescente nenhum tipo de trabalho;
- B** É permitido qualquer trabalho a maiores de dezesseis anos, desde que seja garantida a frequência escolar;
- C** A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial;
- D** É proibido qualquer trabalho a menores de doze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

QUESTÃO 06

De acordo com a Lei Nº 8.069/1990, Art. 70-A: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes”. Dentre as principais ações, assinale a correta:

- A** A promoção de estudos e pesquisas, de estatísticas e de outras informações relevantes às consequências e à frequência das formas de violência contra a criança e o adolescente para a sistematização de dados nacionalmente unificados e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas;
- B** A integração com os órgãos do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- C** A capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros, dos profissionais nas escolas, dos Conselhos Tutelares e dos profissionais pertencentes apenas aos órgãos públicos, para que identifiquem situações em que crianças e adolescentes vivenciam violência e agressões no âmbito familiar ou institucional.
- D** A promoção e a realização de campanhas educativas, direcionadas exclusivamente ao público escolar;

QUESTÃO 07

Uma adolescente de 16 anos foi apreendida em flagrante quando promovia um assalto à mão armada, num estabelecimento comercial. Na situação acima mencionada, de acordo com o Art. 172, da Lei Nº 8.069/1990, a adolescente será encaminhada à (ao):

- A** Autoridade Judiciária.
- B** Acolhimento institucional.
- C** Autoridade Policial.
- D** Conselho Tutelar.

QUESTÃO 08

Uma criança de 9 anos de idade, após ser vítima de sistemáticas agressões e intimidações pelos colegas da sua sala de aula, resolveu reagir, vindo a atacar e ferir os colegas. Acerca desta situação, de acordo com a Lei Nº 8.069/1990, é CORRETO afirmar:

- A** Criança autora de ato infracional não será submetida ao cumprimento de medidas socioeducativas, salvo o acolhimento, quando se tratar de ato infracional praticado com violência ou grave ameaça;
- B** É atribuição do Conselho Tutelar atender à criança e ao adolescente autores de ato infracional;
- C** A legislação brasileira reconhece a possibilidade de crianças serem autoras de atos infracionais, mas não existe aplicação de medida socioeducativa aos casos;
- D** Ao ato infracional praticado por crianças, cabe a aplicação de medidas socioeducativas pelo Conselho Tutelar.

QUESTÃO 09

De acordo com o Art. 136, Lei Nº 8.069/1990, são atribuições do Conselho Tutelar:

- A** Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos, nos programas ou programações de rádio e televisão, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente, ferindo os princípios previstos no Art. 221, da Constituição Federal.
- B** Representar junto ao Ministério Público nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;
- C** Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento das competências do sistema de garantia dos direitos;
- D** Expedir laudos e declarações.

QUESTÃO 10

Quando constatada situação de violência contra crianças e adolescentes, de acordo com a Lei Nº 8.069/1990, Art. 136, é atribuição do Conselho Tutelar:

- A** Proceder com a escuta especializada na sede do Conselho Tutelar;
- B** Convocar a autoridade policial para proceder com a prisão em flagrante delito;
- C** Representar ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente;
- D** Proceder com o atendimento ao agressor, de modo a convencê-lo a não reincidir na violência contra a criança ou adolescente;

QUESTÃO 11

De acordo com a Lei Nº 8.069/1990, Art. 236. "impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista nesta Lei":

- A** Pena - detenção de seis meses a dois anos.
- B** Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
- C** Pena - detenção de um a dois anos.
- D** Não há previsão de penalidades.

QUESTÃO 12

Sobre as atribuições do Conselho Tutelar, em concordância com a Lei Nº 8.069/1990, Art. 136, analise as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

III - adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor;

IV - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após

esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;

V - atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina, a seus familiares e a testemunhas, de forma a prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários;

- A** As opções I e II estão corretas;
- B** As opções III e IV estão corretas;
- C** As opções I e III estão corretas;
- D** Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 13

De acordo com o Art. 95 da Lei Nº 8.069/1990, cabe ao Conselho Tutelar fiscalizar, as entidades governamentais e não-governamentais referidas no art. 90. Sobre essa fiscalização, marque a alternativa correta:

- A** Bares, clubes e demais estabelecimentos, cujo acesso seja permitido para adolescentes;
- B** Unidade de internação para adolescentes autores de ato infracional, no município de atuação do Conselho Tutelar.
- C** Eventos artísticos e culturais, cuja classificação indicativa contemple crianças e adolescentes;
- D** Festas e comemorações realizadas nos logradouros públicos;

QUESTÃO 14

No que diz respeito ao órgão Conselho Tutelar, em conformidade com a Lei Nº 8.069/1990, é correto afirmar:

- A** É um órgão jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei;
- B** É um órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente;
- C** É um órgão encarregado pela sociedade de zelar pelas crianças e adolescentes do município;
- D** É um órgão permanente e autônomo, não integrante da administração pública local;

QUESTÃO 15

De acordo com a Lei Nº 8.069/1990, Art. 139, no que diz respeito ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é correto afirmar:

- A** Ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição municipal;
- B** Será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Poder Judiciário;
- C** É vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;
- D** A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

QUESTÃO 16

De acordo com a Lei Municipal Nº 1.026/2023, Art. 7º, no que diz respeito aos deveres do Conselheiro Tutelar, é correto afirmar:

- A** Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, não havendo a necessidade de submeter sua manifestação à deliberação do colegiado;
- B** Atender aos interessados, somente, nos casos urgentes.
- C** Alimentar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência – SIPIA;
- D** Participar das formações básicas e continuadas oferecidas pelo município, sempre que possível.

QUESTÃO 17

De acordo com a Lei Municipal Nº 1.026/2023, Art. 8º, acerca das vedações aos membros do Conselho Tutelar, é correto afirmar:

- A** É vedado ausentar-se da sede do conselho tutelar durante o expediente, para realizar diligências;
- B** É vedado utilizar-se do conselho tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;
- C** É vedado delegar a pessoa que não seja membro do conselho tutelar o desempenho de atribuições que sejam de sua responsabilidade, salvo nas situações em que esteja ausente da sede;

- D** É vedado exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho, exceto nas situações em que seja pactuado previamente com o Colegiado.

QUESTÃO 18

De acordo com a Lei Municipal Nº 1.026/2023, Art. 22: “O Conselho Tutelar é um colegiado composto invariavelmente de 05 (cinco) integrantes (cf. art.132, da Lei nº 8.069/90), cujas decisões, para terem validade e eficácia, precisam ser tomadas por maioria de votos desse mesmo colegiado”. Assinale a alternativa correta:

I - As medidas de caráter emergencial, tomadas durante ocorrência fora do horário de expediente, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação;

II - As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de quarenta e oito horas, sem prejuízo de seu registro no Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA;

III - É garantido ao Ministério Público, à autoridade judiciária e ao defensor da parte interessada, o acesso irrestrito aos registros do Conselho Tutelar, inclusive, no SIPIA resguardado o sigilo perante terceiros.

IV - Os demais interessados ou procuradores legalmente constituídos terão acesso às atas das sessões deliberativas e registros do Conselho Tutelar que lhes digam respeito, sem ressalvas quanto às informações que coloquem em risco a imagem ou a integridade física ou psíquica da criança ou adolescente, bem como a segurança de terceiros;

V - Para os efeitos deste artigo, são considerados interessados os pais ou responsável legal da criança ou adolescente atendido, bem como os destinatários das medidas aplicadas e das requisições de serviço efetuadas.

- A** Apenas II, III e IV
- B** Apenas I, III e IV
- C** Apenas I, III e V
- D** Apenas I, II e V

QUESTÃO 19

De acordo com a Lei Municipal Nº 1.026/2023, Art. 37: “No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA, com o qual deve manter uma relação de parceria, essencial ao trabalho conjunto dessas duas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.” No tocante à autonomia do Conselho Tutelar, conforme Art. 38, da mesma Lei, é correto afirmar:

- A** O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, conforme previsão legal.
- B** O exercício da autonomia do Conselho Tutelar isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado;
- C** O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais, isentando, apenas, das obrigações administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, conforme previsão legal.
- D** O exercício da autonomia do Conselho Tutelar isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais, contudo não o isenta das obrigações administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, conforme previsão legal.

() De acordo com a Lei Nº 1.026/2023, Art. 39, X: prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e ao adolescente, somente, na sua família natural ou, se isto não for possível, em família substituta;

() De acordo com a Lei Nº 1.026/2023, Art. 39, I: condição da criança e do adolescente como menores em cumprimento de medidas socioeducativas;

(..) De acordo com a Lei Nº 1.026/2023, Art. 39, IX: intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e ao adolescente;

- A** F, V, V, F.
- B** V, F, F, F.
- C** V, F, V, V.
- D** V, F, F, V.

QUESTÃO 20

Em consonância com o Art. 39, Lei Municipal Nº 1.026/2023: “No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei nº 8.069, de 1990, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como nas Resoluções do COMDICA e do CONANDA”. Neste tocante, assinale com V (verdadeiro) ou com F (falso) os enunciados abaixo. Depois marque a alternativa cuja sequência esteja correta.

() De acordo com a Lei Nº 1.026/2023, Art. 39, XII: oitiva obrigatória e participação da criança e ao adolescente, em separado ou na companhia dos pais, responsável ou de pessoa por si indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar;

PROVA DISCURSIVA

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito em espaço apropriado;
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta (caneta), na folha própria, em até 25 linhas;
3. A redação que apresentar cópia do texto da proposta do tema, terá a cópia desconsiderada;
4. Receberá nota zero a redação que apresentar as seguintes situações:
 - 4.1. Tiver até cinco linhas escritas;
 - 4.2. Fugir ao tema ou ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. Apresentar texto desconectado ao tema proposto

Com base na leitura dos textos motivadores, que não poderão ser parcial ou totalmente transcritos, e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, escreva um texto dissertativo-argumentativo, em prosa e com base na norma culta da língua portuguesa, acerca da temática: Vacinação: da prática individual à imunidade coletiva.

TEXTO MOTIVADOR 1

Se nos Estados Unidos, país que são contra vacinas fazem até festa para as crianças pegarem catapora, aqui no Brasil esse movimento é mais tímido, e o debate se dá muitas vezes em grupos de discussão online.

Ele cita casos de sarampo que surgiram em 2011, na Vila Madalena (zona oeste de São Paulo), que começaram com uma criança não vacinada por opção da família e que atingiram bebês menores de um ano, já que somente após essa idade é indicada a vacina.

"É preciso pensar na imunidade coletiva ou doenças já erradicadas podem voltar", diz Barbosa. "A criança bem nutrida pode não sofrer com a doença, mas, sim, ser a ponte para que o filho da doméstica ou do porteiro sofra com ela." Consequências: A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) vê como "irresponsável" essa decisão de não dar as doses às crianças, segundo um de seus membros, o infectologista e pediatra Arondo Prohmann de Carvalho. "Orientados de maneira errônea, esses pais põem em risco não apenas a própria criança, mas toda a população", diz, lembrando que mesmo doenças consideradas simples, como catapora e sarampo, podem ter consequências graves em crianças que já sofrem com problemas como doenças pulmonares.

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140220_vacinas_brasil_mdb

TEXTO MOTIVADOR 2

ECA - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990

Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.

§ 1º É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 13.257, de 2016)

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10618559/artigo-14-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990>

TEXTO MOTIVADOR 3

OMS: vacinação infantil tem a maior queda contínua dos últimos 30 anos

O Brasil está entre os dez países com mais crianças que não estão em dia com o calendário vacinal. No país, três em cada dez crianças não receberam vacinas necessárias. Isso significa que 70,4% das crianças receberam ao menos a primeira dose da DTP, ou pentavalente, ou seja, aproximadamente 700 mil crianças não receberam nenhuma dose da vacina. "A preocupação é muito real porque as coberturas vacinais não têm aumentado e tem um sério risco de volta de doenças que tinham sido eliminadas ou que eram raridade", diz a oficial de Saúde do Unicef no Brasil Stephanie Amaral.

Segundo Stephanie, um dos motivos para a não vacinação é a falsa percepção de que estamos livres de determinada doença porque são doenças que não aparecem mais, como a poliomielite, ou paralisia infantil, e a coqueluche. "Existe a falsa percepção que a vacina não é necessária, mas é o contrário. Muitas doenças não são vistas e a mortalidade infantil melhorou por causa da vacinação".

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-07/oms-vacinacao-infantil-tem-maior-queda-continua-dos-ultimos-30-anos>

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	